

Acordo assegura a indígenas direito às terras que ocupam

BRASÍLIA — O acordo sobre o Capítulo dos Índios, fechado no início da noite de ontem, agradou aos representantes das comunidades indígenas presentes ao Congresso Nacional. O texto a ser votado hoje — e aprovado com larga margem de votos — a partir das 14h30m, garante aos índios os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, veda a remoção dos grupos das terras que ocupam, torna nula a posse de terras indígenas por estranhos e não contém o dispositivo (artigo 271) que baniu os direitos dos índios em elevado estágio de aculturação.

Assim que tomaram conhecimento da supressão do artigo 271, previsto nos textos do Centrão e da Comissão de Sistematização, os representantes das comunidades indígenas, liderados pelo cacique Raoni (caiapó), iniciaram uma comemoração ruidosa, com cânticos que simbolizavam a vitória. O Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), comentou que o acordo satisfaz aos interesses da Constituinte e dos índios, porque lhes garante a propriedade da terra e outras prerrogativas importantes.

Chamado a uma sala pelos caciques da tribo caiapó (Raoni, Pombo e Canhon), o representante do Conselho de Segurança Nacional, Comandante Afonso, garantiu que também estava satisfeito com o acordo:

— Se está bom para vocês, está bom para nós. Vamos ver se agora

vocês podem viver e trabalhar em paz, sem conflitos.

As conquistas dos índios começaram no primeiro artigo, cujo parágrafo único prevê a participação dos índios nos resultados da lavra em suas terras. Mas a exploração das riquezas minerais só poderá ocorrer com autorização do Congresso Nacional. O parágrafo quarto deste artigo torna nulos e extintos os atos de ocupação, domínio e posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo. Isto torna sem efeito os direitos das mineradoras que operam em terras indígenas, mesmo com autorização legal. Além disso, elimina a possibilidade de indenização contra a União, ressalvadas apenas as benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

Esta ressalva desagradou aos constituintes de esquerda e às comunidades indígenas, mas foi imposição dos representantes do Centrão, que cedem na maioria dos dispositivos.

Na questão da indenização, o objetivo do Centrão era proteger os pequenos proprietários que ocupam terras indígenas de boa fé. Eles entregarão estas terras, mas serão indenizados pelas benfeitorias. A remoção de tribos por interesse de soberania nacional — outra exigência dos “moderados” — também não agradou os índios. No entanto, reconheceram que o texto ficou bastante avançado.



Telefoto de Luiz Antônio

À frente do grupo de caiapós e guaranis, o índio invoca suas divindades

Pajelança para ‘iluminar’ votação

BRASÍLIA — Enquanto os Constituintes discutiam o acordo sobre os índios, um grupo de caiapós e guaranis que se encontra em Brasília para acompanhar a votação promoveu, ontem, uma pajelança na ante-sala do gabinete do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP).

Os índios marcaram seu ritual com a invocação de espíritos para que iluminem as cabeças dos parlamentares, cantos de guerra e discursos em que manifestaram impaciência pela demora na votação do

capítulo.

Usando o botoque (arruela de madeira presa no lábio inferior), o txucarramãe Takokran não pronunciou uma única palavra em português. Falaram ainda Pombo Tut, da tribo kikretun e o pajé Prepori Kaiabi.

Tudo que era dito pelos próprios índios e, principalmente, por parlamentares, foi registrado pelo gravador K-7 e uma moderna câmera Magnavox, de vídeo, operados pelos xingus Uai-Uai e Moikara.